



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

3RESOLUÇÃO Nº 414 /2014
1ª CÂMARA DE JULGAMENTO
65ª SESSÃO ORDINÁRIA EM: 11/07/14
PROCESSO Nº.: 1/2861/2011
AUTO DE INFRAÇÃO Nº.: 201108271-0
RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA
RECORRIDO: HEMIFIBRA TECNOLOGIA EM SANEAMENTO LTDA
AUTUANTE: Jacilda Camilo de S. Rodrigues
MATRÍCULA: 10400619
RELATOR: Conselheiro José Gonçalves Feitosa

EMENTA: ICMS - 1. RECEBER MERCADORIAS DE CONTRIBUINTE BAIXADO DO CGF. 2. O contribuinte foi autuado por ter emitido Danfes com ausência de destaque do ICMS. 3. Auto de infração julgado NULO, por unanimidade de votos, tendo em vista que a empresa efetivamente comprovou o recolhimento antes da lavratura do auto de infração emitindo à fiscalização as notas complementares com o destaque do ICMS. Decisão em conformidade com o parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. 4. Confirmada a decisão proferida em sede de julgamento monocrático. 5. Decisão amparada no conjunto probatório colacionado aos autos.

RELATÓRIO

A peça fiscal submetida a nosso exame tem o seguinte relato:
“Entrega, remessa, estocagem ou depósito de mercadoria e prest. ou utilização de serviço acobertado por documento fiscal inidôneo. Este ai substitui o de NR 201108248.5. Ao proceder-se a análise fiscal dos danfes 222/223, em transito por este estado e emitidos pelo autuado, verificou-se a ausência do devido destaque de ICMS lavrando-se em 23.06.11 o TR 2011.804. Expeirado o prazo sem que fossem ofer. Exmpl. p/ tal, lavra-se este.” (sic)



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT

Após indicar os dispositivos legais infringidos o agente fiscal aponta como penalidade o art. 123, inciso III, alínea “a” da Lei nº 12.670/96, alterado p/ Lei nº 13.418/03. Desse modo, o agente fazendário produziu o presente demonstrativo referente ao Auto de Infração em comento:

DEMONSTRATIVO

Base de Cálculo	R\$ 122.770,00
Alíquota	17,00 %
ICMS (principal)	R\$ 20.870,90
Multa	R\$ 36.831,00
TOTAL	R\$ 57.701,90

Anexos aos autos estão os seguintes documentos:

- Informações Complementares ao Auto de Infração nº 201108271.0 às fls. 03/05;
- Certificado de Guarda de Mercadorias nº 255/2011 às fls. 06;
- Termo de Retenção de Mercadorias e Documentos Fiscais nº 2011/804 às fls. 07;
- Termo de Juntada e cópia do AR às fls. 78/79;
- Termo de Juntada às fls. 80.

A contribuinte, às fls. 81/95, apresentou defesa requerendo que o Auto de Infração fosse julgado **NULO**, de modo que houve cerceamento do direito de defesa, e que o fisco não esclareceu qual inidoneidade o contribuinte incorreu. Ademais, arguiu que após a fiscalização, o mesmo imediatamente reconheceu o equívoco, emitindo em ato continuo as notas fiscais complementares com o destaque do imposto, fato gerador já gravado pelo Estado do Rio Grande do Norte, vez que quando o Estado do Ceará vem a exigir crédito tributário do mesmo fato gerador, afigurando-se incidir o ICMS pela segunda vez na mesma operação.

Às fls. 112/118 temos o julgamento monocrático que em análise ao auto de infração observou que houve a fiscalização da empresa, de modo que a mesma foi autuada pela falta de destaque de ICM, vez que o mesmo tem obrigatoriedade por lei e deve ser destacado. Neste sentido afirmou que apenas os estados titulares de competência podem exigir o cumprimento de quaisquer das obrigações tributárias decorrente das operações consignadas. Para fim, tanto o estado do Ceará como o do Rio Grande do Norte são integrantes, de modo que atuam



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT

de forma integrada na fiscalização de mercadorias em trânsito. Por fim, após argumentos em análise da impugnação, apenas o fisco Rio Grande do Norte tinha a titularidade para fazer o eventual lançamento na hipótese apontada, sendo esta prevista em sua legislação. Desta forma face a regra da extraterritorialidade da legislação fiscal, julgo **NULO** o auto de infração.

Por intermédio do Parecer Nº 564/2013 a Consultoria Tributária opinou pelo conhecimento do recurso oficial, negando-lhe provimento, a fim de confirmar a decisão de **NULIDADE** proferida na instância singular, tendo em vista que não foram cabíveis os argumentos do fisco para justificativa da fiscalização, pois o prazo concedido no termo de retenção foi expirado, não significando que o auto de infração ainda não tenha sido lavrado a partir da apresentação das notas fiscais complementares, entendendo-se, assim, que a apresentação ocorrida em 30/06/2011, mesmo tardia, foi eficaz, tornando nulo o auto de infração.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Trata-se de recurso oficial interposto pela **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA** em face de **HEMIFIBRA TECNOLOGIA EM SANEAMENTO LTDA**, objetivando, em síntese, a reforma da decisão exarada no juízo originário no que compete ao Auto de Infração sob o nº. **201108271-0**, nos termos da legislação processual vigente. O presente recurso preenche as condições de admissibilidade, razão pela qual dele conheço.

No processo *sub examine*, o contribuinte foi autuado por entrega, *remessa, estocagem ou depósito de mercadoria e prest. ou utilização de serviço acobertado por documento fiscal inidôneo*, visto que a autuada obteve mercadorias acobertada por documento fiscal inidôneo.

No caso em deslinde, verifica-se que o contribuinte foi autuado por obter mercadorias acobertadas por documento fiscal inidôneo, de modo que tal conduta infringe o que preceitua o art. 1, 2, 16, I, "B", e art. 21, II e III da Lei nº 13.418/03.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT

De acordo com a análise processual, verifica-se que o auto de infração não pode ser caracterizado como regular, haja vista que a empresa fez a emissão de todas as notas fiscais relacionadas à suas mercadorias, tendo como responsável pelo destaque do seu ICMS, o Estado do Rio Grande do Norte. Contudo, pelo fato de que a fiscalização do Estado do Ceará não foi eminente em relação às declarações da empresa, houve a caracterização da autuação pelo fato do agente de que o fisco observou a ausência do destaque do ICMS nos documentos fiscalizados, em relação a operação tributária.

Neste sentido, verifica-se que o autuante deveria ter procedido à declaração do ICMS para o Estado do Ceará, observando que mesmo o contribuinte não tenha esclarecido essa declaração, ele está isento de qualquer irregularidade supostamente em referência a operação tributária. Nesta consonância, observa-se que não há que se falar em documentos fiscais inidôneos, posto que a situação cadastral das emitentes notas fiscal em epígrafe não tem o viés de acarretar a inidoneidade do documento fiscal, tendo cobertura do seu estado vigente.

Ora, a teoria da objetividade das infrações tributárias não autoriza a apenação de um contribuinte destituída da comprovação da efetiva inobservância à legislação tributária. Por ser objetiva, se faz necessário que a acusação fiscal repouse sobre os pilares sólidos das provas fáticas, o que se consagra através do *Princípio da Verdade Material*. Caso isto não ocorra, o pleito fiscal estará sob risco de não perseverar.

Nesse enfoque, não remanesce qualquer dúvida quanto à matéria aqui discutida, de maneira que se corrobora o entendimento da 1ª instância pela descaracterização do ilícito apontado no auto de infração em comento.

A máxima do Direito Romano leciona que: “*Contra factos, não há argumentos*”. Deste modo, diante da não caracterização do ilícito tributário sobre o qual recai a acusação fiscal, restaram clarividente as falhas na imputação do crédito tributário; destarte, a medida mais consentânea com a justiça fiscal é decidir-se pela nulidade da presente ação.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT

3. DO VOTO

Ex positis, voto pelo conhecimento do recurso oficial, negando-lhe provimento, com vistas a confirmar a decisão de **NULIDADE** proferida em 1ª Instância, conforme o parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado.

É o voto.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

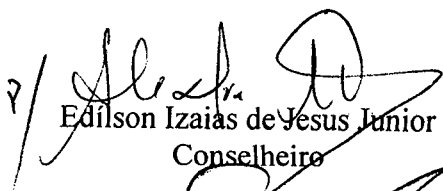
**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT**

DECISÃO

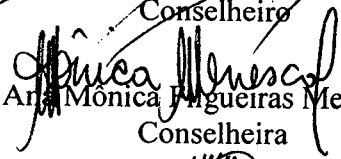
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que é recorrente a **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA** em face de **HEMIFIBRA TECNOLOGIA EM SANEAMENTO LTDA.** A 1ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, resolve conhecer do recurso oficial, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão declaratória de **NULIDADE** proferida pela 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator, conforme Parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da douda Procuradoria Geral do Estado.

SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 09 de 09 de 2014.

Francisca  Marta de Sousa
Presidente

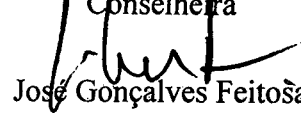

Edilson Izaias de Jesus Junior
Conselheiro

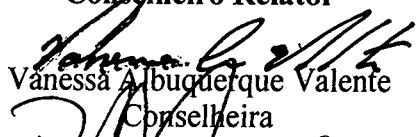

Manoel Marcelo Augusto Marques Neto
Conselheiro


Ana Mônica Figueiras Menescal
Conselheira


Francisco José de Oliveira Silva
Conselheiro


Sandra Arraes Rocha
Conselheira


José Gonçalves Feitosa
Conselheiro Relator


Vanessa Albuquerque Valente
Conselheira


André Arraes de Aquino Martins
Conselheiro


Mateus Lima Neto
Procurador do Estado